

Artigos Originais

NAÇÃO E REGIÃO: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA (ALGUMAS PROVOCAÇÕES TEÓRICAS)*

Original Articles

NATION AND REGION: FROM THE EMPIRE TO THE REPUBLIC (SOME THEORETICAL PROVOCATIONS)

Ivan A. Manoel**

<http://lattes.cnpq.br/0396594852479175>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

RESUMO: Tendo como ponto inicial a idéia do tema proposto – Nação e Região – este texto interroga a possibilidade de se construir a interpretação e o ensino da história da Nação independentemente da história da região. Para tanto, o texto percorre um trajeto de diálogo com algumas das mais importantes interpretações da história construídas pela escatologia transcendental cristã, a partir de Santo Agostinho, a escatologia materialista dos Iluministas e do marxismo e as contribuições da nova história cultural. Sua proposta não é construir nenhuma nova forma de interpretação da história, mas dialogar com essas contribuições já consagradas para indicar algumas de suas dificuldades, em particular alguns paradoxos advindos da inserção das concepções de história nos limites das teses ideológicas.

Palavras-chave: nação. região. filosofia da História. ensino de História.

ABSTRACT: Taking as starting point the idea of the proposed theme - Nation and Region - this text interrogates the possibility of constructing the interpretation and the teaching of history of the nation regardless of the region's history. For this purpose, the text proposes a dialogue with some of the most important interpretations of history built by Christian transcendental eschatology (St. Augustine), materialistic eschatology of Marxism and the Enlightenment and the contributions of the new cultural history. Our proposal is not to build any new form of interpretation of history, but a dialogue with these contributions already well known in the academic world in order to indicate some of their difficulties, in particular some paradoxes arising from insertion of the conceptions of history within the limits of ideological theses.

Keywords: nation. region. philosophy of History. teaching of History.

Quando aceitei o convite para vir a Catalão participar desta Semana, procurei

* Conferência proferida na Universidade Federal de Goiás (UFG) – campus de Catalão, no VI Simpósio de História (setembro de 2005).

** Professor livre-docente em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Franca. Contato: ivan@franca.unesp.br.

organizar minhas idéias e minha exposição de modo que não me levassem demasiado longe do tema central, ***Nação e região: do Império à República.***

Exatamente porque me encantam as palavras, sejam as palavras escritas, sejam as faladas, iniciei uma divagação sobre o próprio tema, Nação e região, explorando especificamente a função da partícula ***E***.

Inicialmente, imaginei que o ***E*** tivesse a função de conjunção aditiva. Entretanto, se assim fosse, estaria eu propondo uma análise a partir dos pressupostos de uma ontologia metafísica, em que a Nação, com sua essência poderia estar próxima ou adicionada às regiões e sua própria essência.

Em outros termos, estaria eu propondo um tradicional e formal método de abordagem da questão, partindo do suposto teórico que estabelece serem as coisas distintas entre si, cada qual com sua própria essência e individualidade e, eventualmente, mantendo relações entre si.

Desse modo, Nação e região seriam coisas distintas entre si, essencialmente distintas, cada qual guardando sua individualidade, podendo elas ou não se relacionarem.

Diante dessas constatações, imaginei, então, que o ***E*** não seria uma conjunção, mas uma preposição a indicar que Nação e região são partes integrantes de uma única proposição ou dado, e, enquanto tais, a manterem profundas e sólidas relações entre si, de modo que o entendimento de uma exigiria o entendimento da outra.

Ao considerar a frase como preposicionada recuperaria a dialética entre o todo e as partes que a conjunção faria perder.

A Nação é o todo de que as regiões são partes, e a inteligência de sua história exige o entendimento da condição dialética de seu relacionamento.

Caber perguntar: por que voltar a essa discussão tão velha, sobejamente conhecida?

Penso que, não obstante todas as discussões já efetuadas, o transcurso dos últimos sessenta anos trouxe novos problemas a transtornarem o ambiente de discussão e trabalho dos historiadores.

Hoje, talvez mais que em outras épocas, é pertinente e necessária uma profunda discussão sobre o que significa estudar história e qual a tarefa do historiador, e em nosso país, dadas suas origens e a tradição que marcou o trabalho

do historiador, essa discussão é urgente.

Não podemos nos esquecer que a introdução da pesquisa e ensino da História, no Brasil, com a criação do IHGB e do Colégio Pedro II, nos anos de 1838 e 1839, estava no bojo do projeto de construção da nacionalidade brasileira.

Portanto, no Brasil, a criação da pesquisa e do ensino da história foi um projeto elaborado pela necessidade do Estado.

A abdicação de Pedro I e o período regencial ensejaram a proposta de se construir uma nação naquele território que, embora falando aproximadamente a mesma língua e professando, por força da Constituição de 1824, a mesma religião, na verdade era uma “colcha de retalhos”, situação advinda da própria forma como se processaram a ocupação e colonização do território.

A pesquisa e o ensino da história, conforme o projeto de Pedro de Araújo Lima, Ministro do Império, e Bernardo de Vasconcelos, tanto demonstrariam a vocação histórica do Brasil para se constituir em nação, quanto estabeleceriam o parâmetro para essa constituição: uma civilização branca, europeizada, católica e monarquista, unida e harmonizada ao redor do trono de Pedro II, não obstante sua diversidade.

Entretanto, também não podemos ignorar que os regionalismos, exatamente porque existiam antes de 1838 e continuaram a existir depois, constantemente nos fazem lembrar que a idéia separatista não é uma miragem ou balela – o separatismo esteve presente na Conjuração Mineira, na Revolução Pernambucana de 1817, na República de Piratini, em 1836; e mesmo em movimentos e autores contemporâneos essa idéia está presente. Podemos citar a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, que chegou a emitir selos e cunhar moedas próprias, o movimento que propõe a separação do sul do Brasil, e as palavras de Álvaro Maia, professor e político amazonense, falecido nos anos de 1960, em cuja tese de concurso, com o título, **Canção de fé e esperança**, defendia abertamente a separação da Amazonia.

Rigorosamente dizendo, a construção da unidade administrativa denominada Brasil foi uma ação política e militar que se consolidou durante o Império e as primeiras décadas republicanas.

Esse dado concreto da história brasileira indica, a meu ver, a existência de um grande problema quando se busca uma síntese da história do Brasil.

O que é a história do Brasil? A história do café? A história da industrialização? A história da formação da classe operária brasileira? E a história da educação brasileira, a história da ciência e da cultura brasileira não fazem parte da história do Brasil? Se fazem, porque tão pouco freqüentam a estrutura curricular da maioria dos cursos de História na faculdades brasileira?

Mais do que isso. E a história regional? Por exemplo, mesmo nos cursos de graduação em História das faculdades paulistas não existe o curso de História de São Paulo, a não ser como disciplina optativa.

Em outros termos, será que sob o título, História do Brasil, não temos estudado apenas a consolidação da cafeicultura e indústria em São Paulo e consolidação do Partido Republicano Paulista (PRP)? Cabe repetir – a história da cafeicultura, da industrialização e do PRP não é o conjunto da história de São Paulo.

Parece-me óbvio, seguindo a lógica de minha a exposição, que a história do Brasil deve ser entendida como a síntese dessas múltiplas determinações – sociais, econômicas, políticas, culturais, étnicas, geográficas.

Porém, se o projeto geral desta exposição está centrado nas questões de teoria e método, cabe perfeitamente indagar: e a história mundial – ou da humanidade, se preferirem – é o todo de que as histórias nacionais são partes?

A questão é pertinente porque imagino que um método de análise e interpretação deve ter uma aplicação para o entendimento do conjunto da história do homem e não apenas para a inteligência de partes ou pequenas partes – retomo essa questão mais adiante.

Mais que uma questão de método, penso esse que seja mesmo um grande problema epistemológico, envolvendo as questões de método, de teoria e filosofia da história.

A raiz do problema é saber se existe uma história da humanidade. Se existe, saber se essa história tem algum sentido e, finalmente, explicar esse sentido; isto significa que é preciso navegar no oceano da Filosofia da História; e por Filosofia da História se deve entender o conjunto de elaborações teóricas construídas a partir dos dados concretos, portanto históricos, destinadas a responder algumas questões fundamentais: para onde se dirige o trajeto da história humana? Qual o seu sentido? Qual sua finalidade?

Com relação a esse problema, penso que neste século XXI, no próprio

desdobramento dos últimos cinquenta anos do século XX, os historiadores estão em uma situação muito desconfortável.

De um lado, uma parte dos historiadores, aqueles que continuam a acreditar na existência de um sentido para a história da humanidade, portanto, acreditando na possibilidade de sua explicação pela filosofia da história, particularmente os de linhagem marxista, se sentem em terreno pantanoso, não conseguindo mais encontrar dados de realidade a sustentarem suas teses, particularmente após o esfacelamento do mundo soviético.

De outra parte, os que nunca se preocuparam com a busca de um sentido para a história humana, acabaram por circunscrever o trabalho do historiador às narrativas, eruditas e detalhistas, construindo pequenas teorias explicativas das micro-físicas e das “migalhas” cotidianas da história.

Rigorosamente falando, esse desconforto, esse dilema – buscar ou não um sentido para a história humana – se apresentou após as elaborações de Marx e seus seguidores.

É verdade que, desde S. Agostinho existe a idéia de ser a história humana dotada de um sentido, podendo, por isso, ser entendida filosoficamente, e, segundo ele, o sentido da história se mostraria já na sua linearidade.

Ao inverso do que pensavam os filósofos clássicos (gregos e romanos), que propunham a idéia de uma “história circular”, Santo Agostinho (1990, p. 76-77) propunha a idéia da linha reta como o verdadeiro transcurso da história. O texto agostiniano refutava os filósofos clássicos por introduzirem

Ciclos de tempo em que as mesmas coisas seriam restauradas e repetidas pela ordem da natureza e afirmaram que esses rodopios de idades passadas e futuras prosseguirão incessantemente ... A partir dessa zombaria, são incapazes de por em liberdade a alma imortal, mesmo depois que ela atingiu a sabedoria, e acreditam que ela está incessantemente caminhando para uma bem – aventura falsa e incessantemente retornando a uma miséria verdadeira ... **É apenas através da sólida doutrina de um curso retilinear que podemos escapar de não sei quantos falsos ciclos descobertos por sábios falsos e enganosos.**

Mas, a construção agostiniana é religiosa – não importaria o que pudesse transcorrer no âmbito da materialidade e temporalidade porque o fim do homem é a vida espiritual, cujo destino inexorável é a eternidade. Isto é, o destino humano já estaria traçado por Deus inapelavelmente, e o fim da história humana no Juízo Final

não dependeria de nenhum ato individual ou coletivo, seja para acelerar, seja para retardar o processo. O trajeto humano para o eterno seria sua história e sua finalidade.

Dessa matriz se desdobrou uma vertente, que considero exacerbada, de considerar que a história humana somente pode ser entendida e explicada de uma perspectiva teológica e cristã. Essa vertente propõe não já uma filosofia da história, mas uma teologia da história – na Alemanha, Karl Löwyth; na França, Henry I. Marrou; no Brasil, João Camilo de Oliveira Torres, por exemplo, todos eles, curiosamente, autores do século XX.

Para essa forma de pensar, não há dilema algum: independentemente de qualquer coisa o Juízo Final chegará, e ao historiador cabe a narrativa dos fatos tendo em vista esse desfecho que não depende da vontade humana, e as interpretações sobre os fatos somente poderão ser feitas de um ponto de vista teológico, portanto religioso.

Em situação quase antípoda, para os Iluministas o dilema também não se colocava. O Iluminismo, a exemplo de outras vertentes teóricas e filosóficas, também desenvolveu uma filosofia da história com fundamentos escatológicos, ou seja, da perspectiva que entende ser a história um processo dotado de um sentido, um fim e uma finalidade.

O texto de Kant, um dos exemplos possíveis dessa filosofia da história, propunha um fim para o trajeto histórico, ao término do qual a humanidade entraria no reino da perfeição, humana e temporalmente construída. Em Kant (1986, p. 37), lemos que:

A história humana, no seu conjunto, pode considerar-se como a realização de um plano oculto da natureza, no sentido de estabelecer-se uma constituição politicamente internamente perfeita e, em ordem a este mesmo fim, perfeita também no plano externo, pois esta é a única situação em que a natureza pode desenvolver plenamente na humanidade todas as suas disposições.

No trajeto histórico, a perfeição humana seria aquela construída a partir dos parâmetros europeus, isto, uma sociedade urbana, industrial, liberal, democrática, consolidada pela revolução industrial e perpetuada pela constituição burguesa. Por isso, nos dirá Kant (1986, p. 69):

[...] se partirmos da história grega... se seguirmos de perto sua influência na formação e deformação das instituições políticas do povo romano, que absorveram o estado *grego*, e depois a influência deste povo *romano* sobre os *Bárbaros*, que por sua vez destruíram aquele e assim por diante até nosso tempo; se a conjugarmos *episodicamente* com a história política de outros povos, cujo conhecimento foi chegando lentamente até nós precisamente através dessas nações mais esclarecidas, descobriremos então uma marcha regular de melhoramento da constituição política de nosso continente (que um dia, provavelmente, virá a dar leis a todos os outros).

Para essa forma de abordagem, a própria moral seria condicionada pelo trajeto do aperfeiçoamento histórico: os homens descobririam historicamente que é mais vantajoso serem bons do que serem maus.

No ambiente intelectual do Iluminismo e seus derivados, a que costumamos denominar “pensamento burguês”, o dilema a que nos referimos não se apresentava pelas funções atribuídas aos historiadores. A eles caberia a narrativa dos acontecimentos fundamentada em princípios científicos – não por acaso a tentativa de se “positivizar” ou “cientificizar” as pesquisas históricas, que teve seu expoente na Escola Metódica, com Langlois, Seignobos e Von Ranke, data dos meados do século XIX e início do século XX, ao tempo da grande expansão capitalista européia e da segunda revolução industrial. Isto é, uma época em que se acreditava verdadeiramente, tanto que a ciência e a tecnologia resolveriam todos os problemas humanos, inclusive as contradições sociais, quanto que as ciências humanas, dentre elas a História, deveriam buscar na física e na matemática seus modelos e métodos.

No fundo da questão estava a concepção de que o comportamento humano poderia ser reduzido a fórmulas e equações – não por acaso Comte iria propor a construção de uma Física Social, do mesmo modo que os estudos de psicologia acabaram por desaguar nas teorias comportamentalistas e na Teoria do Reflexo Condicionado, de Pavlov.

Entretanto, o dilema também não se apresentava, porque o transcurso da história não dependeria da vontade humana e muito menos da ação dos historiadores. Segundo a escatologia iluminista e seus correlatos, o trajeto da história humana seria um projeto da própria natureza, conforme se lê em Kant e Condorcet.

O dilema se apresentará após a proposição marxista em razão das tarefas por ela atribuída aos historiadores e ao estudo da história.

Manuel Moreno Fraginals (1969), historiador cubano, sintetizou essas funções

no título de um artigo comemorativo dos dez anos da Revolução Cubana, ***A história como arma.***

O marxismo concebeu a teoria de que a história também é um processo escatológico, isto é, um processo que levará inexoravelmente o homem à sociedade perfeita, a sociedade comunista, conforme o projeto de Marx. Entretanto, segundo o entendimento de Marx, esse processo não seria pacífico e natural, mas seria um processo de luta dos dominados contra os dominadores e que encontra no conhecimento histórico sua arma mais eficaz e potente. Por isso, no ***Manifesto do Partido Comunista***, ele iria dizer que história tinha sido, até então, a história das lutas de classes.

Segundo a interpretação do materialismo histórico e dialético, desenvolvido por Marx, a história é um processo que se move sempre pela luta dos contrários, isto é, opressores e oprimidos, cujo estágio derradeiro seria a luta dos proletários e outras classes dominadas contra a opressão e exploração da classe burguesa, a classe dominante na sociedade capitalista.

Mais ainda, segundo essa lógica, os estudos da história até então realizados sempre obliteraram a existência dessa luta entre contrários por não disporem de um método eficiente e científico de análise, como se propunha ser o materialismo histórico.

Posto assim, os historiadores, após o marxismo, teriam a obrigação moral de transformarem o estudo da história em arma de libertação das classes oprimidas, e o primeiro e mais importante passo seria o despertar da consciência das classes trabalhadoras, tanto pela revelação do processo histórico das lutas entre opressores e oprimidos, quanto pela revelação de que o processo histórico inelutavelmente levaria à consecução da sociedade sem classes.

Nessas condições, o historiador seria o demiurgo da nova sociedade. E o seria porque revelaria tanto o processo histórico de luta entre as classes, quanto porque demonstraria que não há alternativa à marcha adiante em direção à sociedade sem classes sociais. Giddens (1996, p. 63) entende que o marxismo

[...] foi o porta-estandarte do 'progressivismo', a idéia de que existe uma direção para a história e que tipos apropriados de intervenção política podem nos ajudar a demarcá-la e acelerar a jornada. A literatura do socialismo está repleta de falas sobre o 'caminho a ser seguido', a 'marcha para a frente do socialismo', a 'estrada para o socialismo', e assim por diante. As formas mais radicais de pensamento socialista há muito têm

argumentado que só existe o movimento para a frente ou para trás: ou a humanidade avança em sua jornada ou provavelmente cairá na barbárie.

Na filosofia marxista, a história, a exemplo das outras filosofias da história, também é a história da humanidade, ressalvado, entretanto, que segundo a interpretação de Marx, o processo histórico não é um projeto de Deus ou da natureza, mas um trajeto produzido pelos homens em sua luta e desvelado pelo pelos estudos dos historiadores comprometidos com a classe operária. Tanto assim que, em 1848, no **Manifesto do Partido Comunista**, após a exposição do que entendia ser a lógica geral da história humana, conclamou os operários do mundo todo a se unirem na luta contra a opressão burguesa.

Os últimos 157 anos, desde a **Manifesto do Partido Comunista**, passando pela Revolução Russa, pela Revolução Chinesa, pela Revolução Cubana, pela nunca discutida, ao menos no Brasil, experiência do Khemer Vermelho, no Camboja, todas elas experiências fracassadas, lançaram os historiadores com elas comprometidos na perplexidade – se algo subsistiu, foi a sociedade de classes na atual conformação neoliberal.

Por isso, em 1988, Francis Fukuyama se alegrava e proclamava o fim da história, o fim do trajeto e da busca humana. Para ele, certamente herdeiro de Kant, a queda do Leste Europeu e a “capitalização” da China significavam o cumprimento da profecia kantiana – a vitória da sociedade burguesa.

Nesse ambiente histórico e historiográfico, as vertentes derivadas da Escola dos Anais – de Lucien Febvre, March Bloch e seus seguidores – não se deparam com nenhum dilema, porque um dos elementos definidores dessa escola historiográfica seria a convicção da inexistência de um sentido filosófico na história humana, ou no caso extremo de Michel Foucault, da inexistência de qualquer sentido que seja na história.

Não pretendo afirmar que Foucault era “analense”, mas certamente as vertentes dos Anais abriram espaço para suas proposições bem como a de outros teóricos que, a exemplo de Georges Duby, entendem a historiografia apenas como construção do historiador e não como algo objetivo, existente fora e independentemente do historiador, ou como Chartier, que entende serem as estruturas sociais, portanto históricas e concretas, construídas pelas das representações; qual seria o sentido e a necessidade de tão completo idealismo?

Em outros termos – e empregando aqui as palavras de François Dosse –

essa atitude historiográfica provocou o esfacelamento da história nas “migalhas” que ele discute em seu livro que tem exatamente esse título, condição em que cada uma dessas migalhas tem sua própria teoria explicativa, podendo ou não se relacionar com as outras.

Jacques Le Goff, em seu livro, de 1978, que no Brasil foi editado em 1990, com o título ***A História Nova***, fez uma discussão teórica e metodológica dessa tendência historiográfica, organizando o livro com textos dele próprio, de Vovelle, Pomian, Burguière, Ariés, Jean-Marie Pesez, Jean Lacouture, Guy Bois, Schmitt e Patlagean.

Percorrendo o volume, alguns pontos chamam a atenção.

Primeiro, a pulverização dos objetos e dos temas, estabelecendo aquela dispersão em migalhas a que se refere François Dosse. Segundo, a fixação dos períodos medieval e início dos tempos modernos como marcos cronológicos das pesquisas; terceiro, o caráter europeizante dos textos, praticamente sem incursões em outras regiões do mundo, mesmo aquelas de forte presença colonial francesa, como a Argélia e a Indochina, atual Vietnã. Finalmente, chama a atenção fato de não haver uma homogeneidade metodológica entre os autores. Cada uma das pesquisas estabelece sua própria metodologia e, corolário, concebe sua própria teoria.

Essa pulverização de metodologias não seria uma característica nova, própria da terceira geração do grupo de “analenses”, mas já estaria presente nos trabalhos de seus fundadores, Febvre e Bloch, conforme a interpretação de Guriêvitch, o que faz pensar, portanto, que a desvinculação do trabalho do historiador de posicionamentos filosóficos teria como contrapartida a necessidade de não se estabelecer um método, mas de se construir métodos ad hoc.

Posta assim a questão, não importariam os eventos pós 1988, a não ser como objetos da narrativa e da construção de métodos e teorias específicas para cada um deles – ou de cada fato – sem buscar entre eles nexos, a não ser os causais. Em outros termos, não se buscariam os nexos e as relações mais amplas e profundas que caracterizam um posicionamento historiográfico de preocupações filosóficas.

São do próprio Le Goff (1990, p. 57) as seguintes palavras: **"em todo caso, o que se deve esperar é que a ciência histórica possa evitar melhor, de agora em**

diante, as tentações da filosofia da história."

Posta assim a questão, cabe perguntar: no que consistira, portanto, o dilema (ou dificuldade) enfrentado pelas vertentes derivadas do marxismo?

Basicamente a impossibilidade de sustentar historicamente a tese da inexorabilidade das sociedades comunistas uma vez que os fatos demonstraram que a construção da história tem as possibilidades, as escolhas e a tradição como elementos componentes; mas também a impossibilidade metodológica de aceitar as "migalhas metafísicas" da história, como faz a Nova História.

Assim, de uma parte os fatos do Leste Europeu, China, Vietnam, e Camboja demonstraram que o "núcleo duro" do marxismo perdeu a sustentação exatamente por não ter dado completa atenção à capacidade humana de escolhas e ter-se fixado apenas nas estruturas; de outra parte, a rejeição da idéia de processo lógico, que se encontra em muitos dos teóricos da Nova História, é a negação daquilo que o marxismo tem de melhor, a concepção de história como totalidade e da dialética entre o todo e as partes.

Talvez o melhor não seja colocar o problema como dilema, mas como necessidade de síntese, de se conseguir entender a história como processo de construção e em construção possível e não como realização de profecias.

A proposta de construção de uma análise histórica que recupere e retome as análises históricas a partir das estruturas fundamentais do marxismo construindo a síntese com as outras vertentes, especialmente a Nova História, não é uma novidade, freqüentando as páginas de Aaron Guriêvitch e Richard J. Blackburn, por exemplo.

A morte do materialismo histórico e dialético, proclamado em altos brados por teóricos no mundo ocidental, não é um fato consumado, se não por outras razões, porque suas contribuições, ao menos algumas delas, são basilares para a construção do pensamento historiográfico ocidental; e se os fatos históricos destruíram algumas profecias – se não de Marx, mas de seus seguidores – o método por ele elaborado é um legado fundador do moderno pensamento ocidental.

Aqui volto ao ponto de partida – construir uma história do Brasil com fundamentos em um método válido para todas as pesquisas e que não seja nem uma profecia messiânica, nem uma pulverização de teorias micro e desconectadas é um desafio a todos nós e para o que não se tem receita pronta.

O ambiente historiográfico brasileiro, embebido das proposições, teses e dogmas das vertentes historiográficas acima referidas, nunca propôs sólidos estudos de história das regiões. A preocupação com o todo, com a humanidade, com os movimentos e processo em âmbito macro não possibilitava a verificação histórica em âmbito micro.

Nessas condições, o regional ficava relegado a um plano inferior, geralmente a cargo dos cronistas locais, por exemplo, Amador Nogueira Cobra, Bruno Giovanetti, Leoni Ferreira, Arruda Dantas e outros mais, em São Paulo. Esses cronistas tiveram o incomensurável mérito de arrolarem e fixarem fontes, muitas vezes organizando arquivos, anotando dados e fatos que sem esse trabalho, provavelmente, ter-se-iam perdido.

As atenções acadêmicas, em São Paulo particular e curiosamente, se voltaram para o regional ao longo dos anos de 1970, quando inúmeras teses e dissertações elegeram temas regionais como objeto de pesquisa, por exemplo, João Francisco Tidei de Lima, com seu estudo sobre as origens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e o extermínio dos índios na região de Bauru, e Diores Santos Abreu, com sua pesquisa sobre as origens históricas da cidade de Presidente Prudente.

Inicialmente, aquele deslocamento de atenções para o regional causou apreensões, espanto e desconfianças, afinal estávamos convictos que a pesquisa histórica deveria ter sempre como meta o entendimento do todo.

Em outras palavras, esquecíamos-nos, naquele tempo, da lição do próprio Marx que, fundamentalmente, estabelecia o roteiro metodológico da teoria dialética: ao nos ocuparmos da floresta, esquecíamos-nos das árvores que a compõem. Em outros termos, queríamos entender o todo, mas nos esquecíamos que o todo é composto de partes.

A busca do regional, ou melhor, a dissolução das fronteiras ontológicas e metodológicas (ou artificiais) entre Nação e região recebeu contributo significativo com a chegada ao Brasil das propostas da escola dos Anais e sua derivada futura, a Nova História. Basta ver, por exemplo, ***Raízes do Brasil***, livro que tem forte presença das teses dos Anais, conforme bem observa Antônio Cândido, no Prefácio da 6ª edição, de 1971 (HOLANDA, 1971, p. XII).

A discussão de Sérgio Buarque de Holanda e outros mais, nos colocaram a

todos diante de um fato irretorquível – a História do Brasil é algo maior e além da história do café, do PRP, da industrialização de São Paulo.

O problema que se apresentava e se apresenta ainda, portanto, é estabelecer um método que permita desvelar os fios usados para costurar a unidade nacional e saber quem os projetou.

Ressalta, antes de quaisquer outros, o fio militar, penhor da unidade desde as Guerras de Independência, percorrendo todo o período regencial e o Segundo Reinado, momentos em que a ação de Caxias garantiu a unidade territorial para que Pedro II tivesse um país e um Estado sobe o qual reinar, culminando com a anexação do Acre, em 1910 e a derrota de São Paulo, em 1932.

Outros fios, menos discutidos, foram urdidos na tecelagem do Estado para construir a unidade nacional onde, de fato, sempre houve a diversidade regional e os regionalismos, uma sociedade esfacelada em classes, subclasses e marginalizados, além de um arraigado estranhamento étnico, com privilégio do branco.

Desses outros fios, cabe lembrar a integração pelos caminhos terrestres, férreos, fluviais e cabotagem, os aéreos, com destaque para o Correio Aéreo Nacional. A preocupação com a história desses caminhos terrestre remonta final do século XIX e início do século XX, recebendo atenção de Oliveira Vianna, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e outros mais.

Se esses fios compuseram a tapeçaria da unidade nacional, promovendo a integração física subordinada ao projeto do Estado, expandindo as fronteiras agrícolas, geradoras de riquezas para as classes dos proprietários rurais e alicerces do capitalismo industrial, e geradora de tributos para o Estado, restava ainda a integração cultural.

O projeto de integração e homogeneização cultural data certamente de 1838 e 1839, quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Real Colégio D. Pedro II, e da introdução das reformas do clero e do catolicismo, realizadas por Roma, a partir de 1849.

Na esfera educacional, o projeto era organizar um centro de referências, um paradigma para o sistema educacional que se começava a organizar no Brasil. Desde então, até o final da Primeira República, a estrutura curricular adotada no Colégio Pedro II era obrigatória para todas as escolas brasileiras, sem o que elas

não obtinham reconhecimento oficial.

O projeto, na esfera educacional se assentava em dois fundamentos:

Primeiro, a idéia de que o Brasil necessitava consolidar a nacionalidade e a união de todos ao redor do Trono, símbolo máximo da nação. A brasilidade teria a monarquia como penhor. Para isso, a criação de um centro de pesquisas históricas e geográficas – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – destinado a buscar as raízes históricas da brasilidade.

Segundo, convencer a todos, por meio do sistema educacional, que a pátria se sustentava nessas raízes de brasilidade, e que as tendências futuras tanto melhores seriam, quanto mais o desenvolvimento do espírito nacional se consolidasse. Para isso, a instituição de uma escola modelo para todo o Brasil – o Real Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro.

Essas duas instituições se constituíram no núcleo irradiador, desde o centro político e administrativo do país, do conceito e projeto da nação brasileira, que deveria ser uma na diversidade, branca, católica, monarquista, europeizada e culta.

A verdadeira plêiade de intelectuais que se agregou ao redor, tanto do IHGB, quanto do Pedro II, criou, gradativamente, uma diferenciação entre cultura erudita, com fortes referências francesas, mas também inglesa, e cultura popular ou, mais apropriadamente, entre cultura das elites e a cultura do povo, o folclore.

O projeto de reformas do catolicismo, por sua vez, foi muito bem aceito e referendado pelo Estado monarquista brasileiro, mesmo que, no desdobramento das reformas, acabasse por gerar a Questão Religiosa, essa rapidamente contornada pelo Gabinete do Imperador e por Roma.

As razões sumariadas dessa aceitação são as seguintes:

Primeira: era uma proposta de reforma de forte concepção monarquista e defensora da união Estado – Igreja Católica Romana.

Segunda: pretendia eliminar o catolicismo popular e suas manifestações sincréticas, particularmente a “contaminação negra”, isto é, pretendia eliminar tudo aquilo que já era condenado pela cultura erudita das elites.

Terceira: pretendia padronizar a doutrina e o culto, portanto a linguagem, em todo território brasileiro.

Se a integração territorial foi uma tarefa realizada pela expansão da fronteira agrícola e dos meios de comunicação e transportes e garantida pela força militar e

jurídica, a integração cultural, digamos assim, foi uma tarefa pedagógica, no lato sentido da palavra pedagogia (levar alguém a), realizada pelo sistema educacional e pela organização católica.

Aqui, para concluir, retomo a questão já proposta: como abordar essa complexidade histórica sem os reducionismos messiânicos e sem a pulverização que impede o entendimento?

Não tenho a fórmula! Entretanto, creio poder fazer uma advertência.

Em alguns domínios históricos, por exemplo, na história econômica e a história quantitativa, as referências ao âmbito das macroestruturas são fundamentais e suficientes às vezes para nos dar a intelecção do problema estudado.

Entretanto, em alguns outros domínios, na história da educação e na história da cultura, por exemplo, as referências à micro estrutura (ao cotidiano, à história da vida, etc.) acabam por serem referências mais apropriadas, por serem domínios em que as opções, a idiosincrasias, a visão de mundo de cada um se tornam mais presentes e atuantes.

Mas, em ambos em todo caso, não se pode perder de vista que as grandes estruturas da economia, da história serial e quantitativa se referem às estruturas produzidas e conduzidas por homens; do mesmo modo, não se deve obliterar o fato de que o nosso cotidiano, nossa vida privada, portanto nossas vidas individuais estão balizadas e condicionadas pelo movimento das grandes estruturas.

Nunca será demasiado lembrar: os homens fazem a história, mas não como querem, mas conforme as condições que a própria história oferece.

Talvez, parodiando uma antiga afirmação, se o nariz de Cleópatra não fosse tão bonito, a história teria sido diferente. Contanto, acrescento, se ela não fosse Rainha do Egito!

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO (Santo), Bispo de Hipona. **A cidade de Deus (contra os pagãos)**. Petrópolis, Vozes, São Paulo, Federação Agostiniana Brasileira, 1990, 2 v.

FRAGINALS, Manuel M. La Historia como arma. **Revista de las Américas**, La Habana, Casa de Las Américas, 1969 (número especial).

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

GURIÉVITCH, Aaron. **A síntese histórica e a Escola dos anais**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: José Olympio; INL-MEC, 1971.

KANT, Immanuel. Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. In: TERRA, Ricardo R. (org). **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LE GOFF. Jacques (org). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In, MARX, K. & ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, s.d. v. III.

TERRA, Ricardo R. (org). **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo, Brasiliense, 1986.